

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO A 2. ^a EDIÇÃO	7
PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO – EPAMINONDAS FULGÊNCIO NETO	11

PARTE I

**O PATRIMÔNIO PÚBLICO E SUA NOÇÃO.
ASPECTOS MATERIAIS DOS ATOS
DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

1. CONCEITO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO	17
2. O PATRIMÔNIO PÚBLICO COMO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL	25
3. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	34
3.1 A Administração Pública	34
3.2 Administração direta e indireta	38
3.2.1 Autarquias	41
3.2.2 Fundações públicas	44
3.2.3 Sociedades de economia mista	46
3.2.4 Empresas públicas	49
3.3 A Reforma Administrativa e seus reflexos	49
3.4 A privatização das “estatais”	58
3.5 As agências reguladoras, as concessionárias e as permissionárias de serviço público e as PPPs	62
3.6 O terceiro setor	71
4. PATRIMÔNIO PÚBLICO	76
4.1 Acervo do patrimônio público	76
4.2 Bens públicos, regime jurídico e aquisições	77
4.3 Afetação e desafetação de bens públicos	83
4.4 Erário público	84
4.5 Direitos	85
4.6 O patrimônio moral	86

5.	INTERESSE PÚBLICO E INTERESSE DIFUSO	92
5.1	Interesse público e interesse difuso	92
5.2	Supremacia do interesse público sobre o privado	95
5.3	Princípios da Administração Pública	96
6.	LEI DE IMPROBIDADE	110
6.1	Aspectos da Lei de Improbidade Administrativa	110
6.2	Enriquecimento ilícito	111
6.3	Alcance subjetivo da improbidade	113
6.4	Responsabilidade	119
6.5	Atos de improbidade administrativa	122
6.6	Sanções	143
6.7	Vigência da Lei 8.429/1992	149

PARTE II

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A PROTEÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

7.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	151
7.1	Controle da Administração Pública e Estado Democrático	151
7.2	Controle estatal e participação popular	153
7.3	Consultas populares, audiências públicas e concerto como formas de co-gestão	155
8.	ESPÉCIES DE CONTROLE	160
8.1	Espécies de controle	160
8.2	Controle interno	160
8.3	Controle externo parlamentar	162
8.4	Corte de Contas	164
8.5	Controle fiscal	170
9.	CONTROLE JURISDICIONAL	175
9.1	Controle jurisdicional e separação dos poderes	175
9.2	Atos administrativos vinculados e atos administrativos discricionários	177
9.3	A postura do juiz diante dos desmandos	180
10.	CONTROLE JUDICIAL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	182
10.1	Controle jurisdicional do patrimônio público	182

10.2	Inquérito civil público	183
10.2.1	Representação, comunicação e recomendações	187
10.2.2	Arquivamento e ajustamento de conduta	188
10.2.3	Quebra de sigilo bancário e fiscal, perícias.	190
10.3	Medidas cautelares de indisponibilidade de bens e haveres, se- questro e afastamento	192
10.4	A ação civil pública e patrimônio público	198
10.5	Legitimidade do Ministério Público e posição do ente lesado ..	202
10.6	Competência. O foro privilegiado	205
10.7	Rito processual e inversão do ônus da prova	206
10.8	Sentença e efeitos	207
10.9	Ação Civil Pública e Lei da Ação Popular – Questões proces- suais	208
10.10	A ação civil pública para reparação de danos e prevenção de danos – Obrigação de fazer e de não fazer – Ação Civil Pública e Ação Direta de Inconstitucionalidade	210
10.11	A oitiva preliminar da parte passiva	212
CONCLUSÃO		215
BIBLIOGRAFIA		219